

Mulheres mais escolarizadas num mercado de trabalho que ainda reproduz o modelo da família tradicional

Elisabeth Kurtz Marques*

A participação feminina no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) consolidou-se, ao longo dos anos, num processo contínuo de expansão. Em 2002, por exemplo, a taxa de participação das mulheres na RMPA atingiu cerca de 49% do total das mulheres em idade de trabalhar frente aos 44% observados em 1993. Ainda assim, encontra-se em patamar inferior à masculina, que foi de cerca de 67% (MULHER..., 2003, v. 3, p. 18-19).¹ Esse quadro tem provocado significativas alterações nas estruturas familiares, uma vez que a “cuidadora” do lar está nas ruas, buscando uma vaga no mercado de trabalho, geralmente com maior nível de escolaridade em comparação ao homem.

Em um estudo sobre a situação das mulheres nos mercados de trabalho metropolitanos elaborado pelo DIEESE (2002), verificou-se que mais de 34 milhões de mulheres faziam parte do mercado de trabalho em todo o País, 12 milhões a mais do que em 1990, de acordo com a **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** (PNAD-IBGE). Dessa forma, o contingente feminino da População Economicamente Ativa passou, segundo a análise, de 35,5% em 1990 para 41,9% em 2001.

Na RMPA, verificou-se que, em 2002, a inserção do contingente feminino também ocorreu num contexto similar ao restante do País, e Galeazzi *et al* (2003, p. 10) ressaltam que o movimento foi:

“(...) caracterizado por baixo crescimento do nível geral de ocupação, com queda nas modalidades de inserção assalariadas mais formalizadas e protegidas e aumento daquelas mais precarizadas, elevação dos rendimentos reais do trabalho e expressivo crescimento do desemprego”.

Nesse contexto, a força de trabalho feminina encontra-se mais exposta a riscos pela própria condição de serem mulheres. Se não forem brancas e se estiverem em uma faixa etária acima dos 40 anos, por exemplo, as dificuldades podem ser ainda maiores.

Em circunstâncias em que a taxa de desemprego tem atingido patamares elevados na história recente do País, a força de trabalho feminina é mais duramente atingida em decorrência das questões discriminatórias associadas à inserção das mulheres na sociedade, intensificando sua presença em fenômenos sociais emergentes, como a precarização do trabalho. A persistente desigualdade de rendimentos é outro aspecto que corrobora a histórica diferença no tratamento entre os gêneros.

A discussão dos papéis sociais masculino e feminino e a conseqüente “desordem” na estrutura familiar com a saída da mulher de dentro de casa é mais uma questão que emerge no estudo sobre a mulher e sua relação com o trabalho. Aquela que até então exercia o papel culturalmente designado de gerenciadora da “agência de socialização” — a mediação entre o indivíduo e a realidade sociocultural — hoje rediscute sua dimensão social no núcleo familiar e se depara com a solidez do preconceito ao buscar ingresso no mercado de trabalho.

* Psicóloga da FEE.

A autora agradece à colega Irene S. Galeazzi pela sua leitura atenta e criteriosa deste artigo e pelas sugestões e críticas sempre tão pertinentes. Agradece também a Jeferson D. de Matos pela sua disponibilidade em auxiliar na elaboração dos dados estatísticos.

¹ Os valores das taxas de participação são obtidos pela relação entre a População Economicamente Ativa (PEA) (por sexo) e a População em Idade Ativa (por sexo).

Estudos sobre gênero e trabalho, já há algum tempo, indicam que o contingente feminino que busca sua inserção no trabalho fora de casa traz como característica um melhor nível de escolaridade relativamente aos homens (MULHER..., 2003, v. 3, p. 29). O fator instrução tem contribuído para amenizar a colocação das mulheres em atividades profissionais, pois o mercado de trabalho exige, dentre seus requisitos básicos para ingresso e permanência, o aumento do nível educacional do trabalhador, uma melhor qualificação e uma contínua formação profissional como regra geral.

Cabe ressaltar, porém, que esse contingente feminino mais escolarizado, que almeja um posto de trabalho, seja pela necessidade de contribuir com a renda familiar ou de se auto-sustentar, seja por desempenhar, muitas vezes, o papel de chefe de família, vem com um “diferencial”: não quer mais o bico, tampouco o trabalho informal, mas, ao contrário, deseja a realização pessoal, almeja ser sujeito ativo e participante da sociedade e, principalmente, quer liberdade para ser autor de sua vida.

A procura das mulheres por trabalho fora de casa e a sua permanente busca por instrução, para Sullerot (1970), muito antes de estarem ligadas à valorização do seu papel, significam a luta para não se tornarem marginalizadas, o que é um avanço em relação ao seu histórico confinamento aos limites do casamento e da maternidade.

Historicamente, mesmo aquelas que romperam as paredes do lar para estudar o fizeram para adquirir “cultura geral”. Algumas foram em busca de um ensino que aprimorasse os serviços domésticos, e, mais adiante, outras buscaram, predominantemente, a carreira do magistério. Nada “podia” ser muito longe disso. O papel social continuava o mesmo “(...) transformar a lã dos carneiros em fios, os fios em tecido, o tecido em roupas; transformar os grãos que mói em farinha, a farinha em bolos (...)” (Sullerot, 1970, p. 20). Ademais, empenhavam-se na satisfação dos desejos e dos caprichos dos patrões, e a família tradicional era a balizadora desses valores.

Mais adiante ainda, as mulheres ampliaram os limites do que “era naturalmente feminino” e passaram a se “aventurar” no mundo do trabalho masculino. Isso quase sempre suscitava estranhamento e resultava no levantamento de defesas que resgatassem significações referenciais na tradicional divisão de trabalho para assegurar um sentido social possível.

A idealização da mulher “auto-sacrificada”, da mártir, da que é submissa aos homens, da que é boa mãe e esposa, de sua auto-abnegação e de sua passividade, estava no inconsciente social. O estereótipo do homem como ser provedor, aquele que sustenta a família e que é seu representante legal se encontrava entranhado nas paredes das firmas.

O espaço público era área masculina, local de produção social, política, trabalho e literatura, enquanto o ambiente doméstico era o espaço das coisas privadas, da sobrevivência, da criação dos filhos e onde a mulher podia exercer poder.

Outro argumento apontado como “fator limitante” de a mulher “trabalhar fora” era a maternidade. Praticamente, a questão da maternidade era sempre associada a fatores impeditivos de assumir compromisso fora do lar.

E, assim, a trajetória da construção da identidade de “ser sujeito feminino trabalhador fora de casa” veio enfrentando, ao longo da História, um arsenal de defesas de toda a ordem.

O preconceito relativo ao trabalho da mulher continuava associado não às características negativas, mas à negação das positivas.

O magistério apareceu, então, como uma profissão “natural” do ser feminino, pois significava extensão do seu papel de “ser cuidadora”. Nas imagens de ser mãe, de ser professora, foi dado poder às mulheres. Ao se referir a alguma coisa como “natural”, segundo ressalva Sullerot (1970), está-se querendo dizer que não pode ser mudada, que faz parte do destino e que esse “fardo” deve acompanhá-la por toda a vida.²

² É aí que se dá a violência, manifestada através da violação da integridade e do esvaziamento do ser mulher enquanto ser humano, e, conseqüentemente, a criação do mito.

O mito de que as mulheres eram naturalmente seres frágeis, submissos, seres mórbidos, passivos e sem poder e “treinadas” para o casamento, para organizar a casa, a vida dos filhos e dar “apoio” ao marido, foi construído e permaneceu nas suas inter-relações sociais como uma articulação ideológica de que a mulher precisava ser cuidada e protegida. De sentido real nada tinha, mas se encerrava em uma ação instituída. E as profissões femininas foram enquadradas dentro desses critérios, somadas aos baixos rendimentos e à desvalorização.

As mulheres continuaram a reafirmar que suas diferenças não eram da ordem de capacidade, de inteligência, de habilidade, mas, sim, de ordem discriminatória: a pseudofraqueza feminina e o mito de que a mulher “foi feita” para atividades dentro do lar.

No entanto, essa crescente e contínua busca das mulheres, no mundo inteiro, por instrução e formação profissional, pelos mais diferentes motivos, estava impulsionada, fundamentalmente, pelo desejo de melhorar a qualidade de suas vidas.

Sullerot (1970, p. 276), em seu livro sobre a história e a sociologia da mulher no trabalho, refere que, quanto mais instruídas as mulheres forem, mais condições têm de trabalho:

“(…) as mulheres que recebem uma instrução superior trabalham cada vez mais e, proporcionalmente, muito mais que as outras (…) quanto mais instruída ela é, mais chance tem de ganhar a sua vida (...). As percentagens menores de trabalhadoras se acham entre as mulheres que têm menos de cinco anos de escola (...).”

Comparativamente aos homens, todavia, mesmo com indicadores de maior nível de escolaridade, as mulheres continuam sendo discriminadas:

“A inserção das mulheres no mercado de trabalho cresce a cada ano no Brasil, mas, apesar de terem nível médio de escolaridade maior do que o dos homens, enfrentam mais dificuldades para encontrar emprego, sofrem com taxas de desemprego maiores, ocupam menos cargos de chefia, além de receberem salários mais baixos” (DIEESE, 2002).

Em uma análise sobre organização do trabalho bancário sob a ótica do gênero, Esposito e Fonseca (2002, p. 129) concluem, a partir do **Censo de Saúde dos Bancários do RS**, que “(…) as mulheres são destaque quanto aos índices de escolaridade entre todos os bancos do RS (...) e os homens ocupam 72,6% dos cargos comissionados”.

Esse novo perfil da força de trabalho feminina — “que veio para ficar” — se apresenta como um diferencial em relação ao contingente masculino, mais condizente com as exigências do mercado de trabalho atual, mas ainda tendo que enfrentar as contradições instituídas na sociedade sobre o seu “papel natural”. Porém essa é uma questão irreversível. O mercado não poderá mais prescindir da força de trabalho feminina. E a família tradicional não poderá mais dar conta da mulher que busca ser sujeito ativo na sociedade. Conseqüentemente, entra em crise o tradicional modelo familiar.

Entretanto, não deve ser esquecido que, mesmo com outro tipo de configuração, a família cumpre um papel substancial na construção e na transmissão do legado cultural e é a instituição que “(…) atravessa a história, com formas e objetivos que transmudam numa mesma época e lugar, conforme as circunstâncias em que grupo social se insere” (Nader, 1997, p. 36).

Concomitantemente, a feminização dos ofícios é outra questão que acirra o debate sobre os processos psicoeducacionais, sobre os simbolismos intrínsecos à socialização e sobre os inter-relacionamentos familiares, virando de ponta cabeça o instituído. Isso sem falar sobre as mulheres que assumem a chefia das famílias.

A preocupação deste artigo é analisar os dados do contingente feminino mais escolarizado da RMPA e levantar questões sobre os efeitos psicossociais no que se refere ao enfrentamento da discriminação num mercado de trabalho que permanece reeditando o modelo tradicional dos papéis exercidos pelas mulheres no contexto familiar. E a família como se organizará como uma instituição estruturante para os indivíduos, uma vez que a mulher abdicou dos limites de seu tradicional papel e está em busca de sua integralidade como sujeito?

Discriminação ainda que com maior nível de escolaridade

Ao se analisarem os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), constata-se que elementos discriminatórios entre os sexos ainda fazem o pano de fundo na hora das seleções para ingresso no mercado de trabalho e para as promoções a cargos hierárquicos mais elevados. Mesmo com taxas amenizadas quando se acresce o maior nível de escolaridade, as mulheres continuam apresentando indicadores mais desfavoráveis em relação aos homens.

Todavia a taxa de desemprego das mulheres da RMPA com, no mínimo, o ensino médio completo vem apresentando uma tendência de descréscimo há quatro anos consecutivos quando se examina a série de dados da Pesquisa. A taxa de desemprego feminina com esse nível de escolaridade sofreu, em 2002, uma pequena retração, era de 13,8% em 2001 e passou para os 13,5% atuais. A taxa das mulheres sem ensino médio completo, entretanto, teve um pequeno aumento, de 21,7% em 2001 para 22,0% em 2002. Os indicadores de desemprego masculino mantiveram-se em patamares menores do que os do feminino relativamente aos mesmos níveis de escolaridade, o que comprova a desigualdade ainda persistente entre os sexos, apesar da agregação do fator escolaridade.

Tabela 1

Taxa de desemprego, segundo o sexo e a escolaridade, na RMPA — 2001-02

(%)

DISCRIMINAÇÃO	MULHERES	HOMENS
Com ensino médio completo ou superior		
2001	13,8	7,7
2002	13,5	8,8
Sem ensino médio completo		
2001	21,7	15,0
2002	22,0	16,1

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

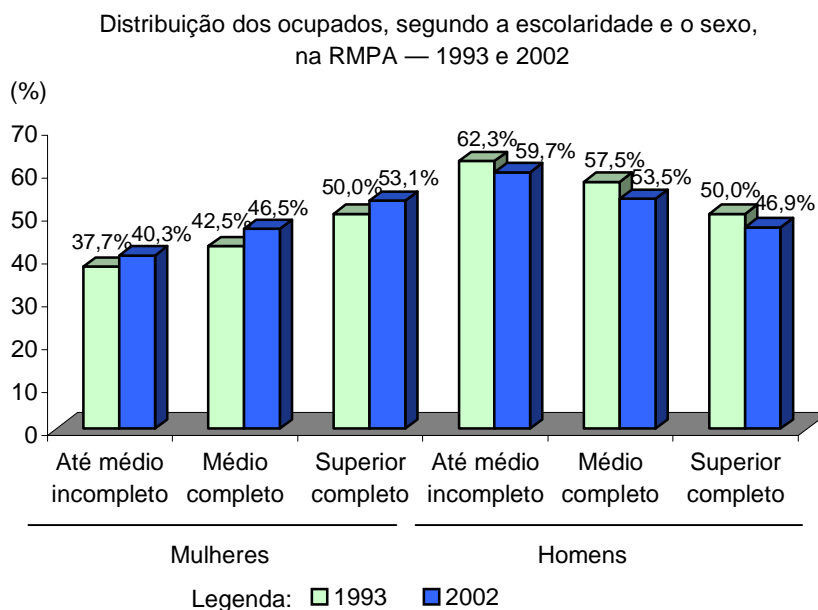
O aumento do nível de escolaridade ocorreu para o total da população ocupada, porém alterou a distribuição, por nível de escolaridade, entre homens e mulheres. A força de trabalho feminina com nível superior completo representou, em 2002, 53,1% do total dos ocupados.

Observando-se o ano de 1993 (início da Pesquisa) no Gráfico 1, verifica-se que a diferença na distribuição era desfavorável para as mulheres ocupadas com nível de escolaridade médio completo ou menos, mas, já naquele ano, igualava-se à taxa masculina quando tinham nível de escolarização superior (50%).

Os dados da Tabela 2 mostram que ocorreu um aumento generalizado em 2002 quanto à participação das mulheres com ensino médio em todas as faixas de idade da População Economicamente Ativa, na RMPA, verificando-se que, na faixa de 18 a 24 anos, 57% das mulheres tinham ensino médio completo ou superior incompleto, enquanto, em 1993, não passavam de 32,9% da PEA.

Em um estudo sobre desigualdade, gênero e programas sociais realizado pela Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo, com base na Pesquisa de Emprego e Desemprego do DIEESE e da Fundação SEADE, verificou-se que, dentre as famílias chefiadas por mulheres, as que mais cresceram foram aquelas cuja chefe tinha de nove a 11 anos de estudos para as famílias mais pobres (59,8%) e aquelas cuja chefe tinha mais de 12 anos de estudos para as mais ricas (29,7%).

Gráfico 1



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 2

Distribuição das mulheres da PEA, segundo a idade e a escolaridade, na RMPA — 1993 e 2002

ANOS E IDADE	ESCOLARIDADE				Total
	Sem Escolaridade	Médio Incompleto e Menos	Médio Completo e Superior Incompleto	Superior Completo	
1993					
De 18 a 24 anos.....	(1) -	64,1	32,9	(1) -	100,0
De 25 a 29 anos.....	(1) -	57,0	30,5	11,6	100,0
De 30 a 34 anos.....	(1) -	58,2	25,9	14,4	100,0
De 35 a 39 anos.....	(1) -	61,5	20,5	15,0	100,0
40 anos e mais.....	7,3	64,6	14,6	13,5	100,0
2002					
De 18 a 24 anos.....	(1) -	39,4	57,8	2,7	100,0
De 25 a 29 anos.....	(1) -	40,2	46,0	13,6	100,0
De 30 a 34 anos.....	(1) -	49,1	34,9	15,2	100,0
De 35 a 39 anos.....	(1) -	53,4	29,9	16,0	100,0
40 anos e mais.....	3,1	57,2	21,7	18,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Relativamente às atividades exercidas pelas mulheres atualmente, os dados da PED-RMPA confirmam, para 2002, ainda uma prevalência de mulheres com ensino médio ou mais em ramos de atividades ligadas à educação (15,1%), ao comércio varejista (14,7%) e à saúde (12,2%), conforme se observa na Tabela 3. É importante ressaltar, porém, que, relativamente a 1993, houve queda da participação feminina nas atividades associadas à educação, passando de 20,8% para 15,1% atuais.

A redução do contingente feminino em ocupações da área educativa resultou em aumento de sua participação nas ocupações ligadas ao comércio varejista e à saúde. Observa-se, ainda, um aumento da participação feminina com ensino médio em serviços especializados (de 7,6% para 9,2%) e em serviços de administração pública e forças armadas e polícia (de 8,8% para 9,1%).

Tabela 3

Distribuição das mulheres ocupadas com ensino médio ou mais, segundo alguns ramos de atividade, na RMPA — 1993 e 2002

RAMOS DE ATIVIDADES	1993	2002
Comércio varejista	12,5	14,7
Serviços especializados	7,6	9,2
Serviços de administração pública, forças armadas e polícia	8,8	9,1
Serviços de alimentação	2,2	2,6
Educação	20,8	15,1
Saúde	11,0	12,2
Serviços domésticos	(1) -	2,7
Serviços comunitários	3,8	3,6
Serviços auxiliares	4,0	3,6
Subtotal	71,8	72,8
Outros (2)	28,2	27,2
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Os ramos de atividades selecionados são onde o número de indivíduos da amostra permite a elaboração de estimativas.

(1) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria. (2) Compreende ramos de atividades pouco expressivos para a análise.

Em análise de dados do **Censo 2000**, realizada pelo IBGE especialmente para o Dia da Mulher, divulgada em março de 2003, foi referido que há maior proporção de homens do que de mulheres em todas as 10 profissões de maior rendimento médio, e eles chegam a ganhar cinco vezes mais do que elas. Os diretores gerais homens ganham, em média, 2,2 vezes mais que as diretoras (R\$ 5.928,22 contra R\$ 2.683,54); e os médicos, 1,5 vez mais que as médicas (R\$ 4.212,38 contra R\$ 2.725,40). O grupo das 10 profissões de maior rendimento ocupa cerca de 1,0% de todos os trabalhadores, 1,2% dos homens e 0,7% das mulheres.

Relativamente aos rendimentos dos ocupados em geral, na RMPA, a diferença entre os percebidos pelos homens e pelas mulheres caiu nos últimos anos, mas a causa não é a evolução dos salários femininos, mas, sim, a queda dos rendimentos dos homens. As mulheres recebiam em 1993, em média, 65,3% do rendimento

médio masculino, enquanto em 2002 passaram a auferir rendimentos médios em torno de 71,8% do masculino (MULHER..., 2003).

Em estimativa feita por Chaves (2002, p. 85)³ sobre análise de salários das mulheres brancas com maior escolaridade (12 anos de estudos) no período 1998-00, o autor verificou que a taxa de retorno da educação é semelhante à dos homens (14,4%), mas que a das mulheres não brancas é bastante inferior, considerando-se os mesmos atributos (9,9%), o que significa que o atributo cor intensifica a discriminação mesmo com a agregação do componente educacional. Se for ampliada a análise incrementando a escolaridade o fator experiência, o confronto salarial entre homens e mulheres, segundo o autor, resulta numa condição desfavorável para as mulheres.

Ao se analisar a distribuição dos ocupados na RMPA, em 2002, segundo a posição na ocupação, com ensino médio completo ou mais, constata-se uma concentração de mulheres em atividades assalariadas (77,4%), principalmente no setor privado (51,9%). Quanto à regularização do contrato de trabalho, apesar de ter ocorrido acréscimo na proporção de mulheres com carteira assinada relativamente a 1993 (de 38,7% para 43,6%), essa proporção ainda está abaixo daquela do contingente de homens que têm seu emprego com carteira assinada (45,4%) — Tabela 4.

Tabela 4

Distribuição dos ocupados com ensino médio completo ou mais, por sexo e posição na ocupação, na RMPA — 1993 e 2002

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1993		2002	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados	80,0	70,1	77,4	70,4
Setor privado	42,9	44,2	51,9	53,4
Com carteira	38,7	39,9	43,6	45,4
Sem carteira	4,2	4,3	8,3	8,0
Setor público	37,1	25,9	25,5	17,0
Autônomos	8,1	12,8	9,0	13,5
Empregados domésticos	1,1	(1) -	2,7	(1) -
Outros	10,8	17,0	10,9	15,9

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Segundo os grupos ocupacionais, ainda em 2002, os homens com ensino médio completo estão, em sua maioria, nas funções de direção e de execução (30,4% e 44,5% respectivamente); as mulheres com o mesmo nível de escolaridade, por sua vez, estão mais concentradas nas funções de execução (38,4%), ainda que em menor proporção do que os homens, seguidas de uma concentração um pouco menor nas funções de apoio, com 28,9%. Confrontando-se esses dados com os de 1993, verifica-se um aumento da proporção feminina com ensino médio em ocupações de execução e uma queda em ocupações de apoio, conforme mostra a Tabela 5.

³ O autor utilizou o modelo de Oaxaca para estudar a discriminação sexual e racial, a partir das funções de salário da Teoria do Capital Humano, de Gary Becker, Economista da Escola de Chicago.

Tabela 5

Distribuição dos ocupados com ensino médio completo ou mais, por sexo e grupos ocupacionais, na RMPA — 1993 e 2002

GRUPOS OCUPACIONAIS	1993		2002	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Direção	28,1	39,9	23,6	30,4
Execução	33,8	34,9	38,4	44,5
Apoio	33,6	20,8	28,9	17,2
Outros	4,5	4,4	9,1	7,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

(%)

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Mesmo com alguma variabilidade entre regiões, firmas, setores e ocupações, a inserção feminina desigual fica evidenciada. Em alguns setores da economia, agrava-se a situação de desigualdade.

Considerações finais

Os dados analisados da PED-RMPA e os textos pesquisados corroboram as diferenças ainda persistentes entre os sexos quando o assunto é inserção no mercado de trabalho. Os indicadores sociais das mulheres são sempre inferiores aos dos homens.

As mulheres, mesmo com o atenuante de um maior nível de escolaridade, de forma geral, relativamente aos homens, enfrentam o triunfo com dissabor, diante dos parâmetros estabelecidos pelo modelo de dominação de gênero no mundo do trabalho. Na análise dos indicadores das mulheres com ensino médio ou mais quando comparados aos dos homens em iguais condições, ainda se percebem as desigualdades nos cargos e nas funções, nos rendimentos auferidos, nas taxas de desemprego, na regularização dos contratos de trabalho, etc. Os resultados indicam que, no mercado de trabalho, são reeditados os privilégios, os poderes e a dominação masculina.

O movimento de emancipação feminina, com sua persistência, como é sabido, agregou mudanças substanciais no processo de inserção da mulher no trabalho e levantou questões estruturais sobre o real papel da mulher na cultura social. A urbanização, o consumo, a industrialização e a pobreza instituíram outras tantas necessidades e produziram transformações imprevisíveis na sociedade. As mudanças básicas nos meios de produção, sem dúvida alguma, aumentaram as possibilidades de trabalho da mulher, e o seu melhor nível de escolaridade, certamente, foi um atributo fundamental para reduzir a desigualdade em relação aos homens.

Todavia o medo da feminilização da sociedade, do afrouxamento dos costumes, da abolição da diferença entre os sexos permanece provocando reedições de mitos e crenças associadas ao *status* de ser mulher como algo da "(...) encarnação do excesso, da morte, do incesto, da selvageria, do canibalismo (...) como o crepúsculo da razão" (Roudinesco, 2003, p. 44). E as defesas que se erguem permanecem e se instauram sob as mais diversas formas no campo das inter-relações no ambiente de trabalho, desde o assédio moral até formas sutis de exclusão.⁴ "[O melhor mesmo seria que as mulheres permanecessem em casa! O trabalho e

⁴ Ver Hirigoyen (2002).

a atividade intelectual são coisas de homem!] (...) ao passo que, no seio do lar, sua esposa, agora mãe, goza[ria] de uma liberdade autêntica” (Roudinesco, 2003, p. 40).

Porém as mulheres não voltaram “aos lares”, ao contrário, atividades profissionais que até há pouco tempo eram território exclusivo dos homens estão tendo que conviver hoje com mulheres mais qualificadas e com um nível de escolaridade maior do que muitos deles. Questões como essas estão associadas, intrinsecamente, à subjugação, ao controle e à passividade que estão ainda impregnados no “papel feminino”.

“Quando eu comecei a trabalhar fora teve um significado muito importante para mim enquanto indivíduo. Me senti muito importante e participante. Comecei a ganhar meu dinheiro e podia fazer escolhas. Não durou muito, pois era um trabalho temporário, mas foi suficiente para eu desejar ter independência. Decidi estudar (...) e minha vida deu uma guinada por volta dos 30. Tenho uma linha divisória bem clara. Hoje sou respeitada pela forma como encaro meu trabalho e pela responsabilidade. Fiz isto sozinha, foi muito significativa para mim.” (Arquiteta, 40 anos, casada, três filhos).⁵

Esse maior envolvimento da mulher com o trabalho fora do lar e a significação que ele hoje tem na sua vida reproduzem o desafio de ter que enfrentar a discriminação cultuada ao longo de sua história, através da reprodução do modelo hierárquico instituído na família tradicional quanto à divisão de tarefas, e rediscutem os “papéis naturais” do que é feminino e do que é masculino, onde “(...) o destino da mulher era de gerar, não o de se entregar a qualquer atividade profissional e intelectual” (Roudinesco, 2003, p. 123).

Na família, surgiram formas alternativas de arranjos domésticos, e os papéis historicamente instituídos ficaram confusos. Aquela “família” que estava acostumada com o referencial de “mãe acolhedora, gerenciadora e preservadora do lar” entrou em crise. Emergiram a redefinição do masculino e do feminino e a discussão das inter-relações, tanto em nível simbólico como explícito, que ocorrem na dinâmica familiar sobre ser mãe, ser pai, educador, provedor, enfim...

Para a mulher, todo esse processo de modernização, somado às questões referentes aos arranjos domésticos, continua acarretando sofrimento, pois ela se vê em contradições, entre os valores tradicionais e os novos, conforme se constata na seguinte fala:

“(...) foi complicado para mim e para minha família o rompimento quanto às idéias do casamento, do trabalho. O mundo fora da casa era outro (...) pois o modelo que eu tinha aprendido a valorizar nada tinha a ver com aquele que eu estava vivendo. Neste sentido, foi solitário. Era eu, mais eu. E o pior era que eu tinha que me sair bem. Depois essas preocupações passaram e eu passei a dar nenhuma importância ao que eles iam falar (...) eles me respeitaram mais ainda. Hoje tenho um relacionamento bom com eles” (Médica, 45 anos, casada, dois filhos).⁶

É fundamental, porém, ressaltar que a ausência de conflitos não significa crescimento emocional, tampouco ser saudável. O potencial de saúde está na forma como os sistemas envolvidos encontram alternativas e como as utilizam na solução de suas dificuldades; e, assim, estende-se às relações de toda a ordem.

Como o processo de socialização feminina se encontra impregnado de culpa, de medo, de impotência, de fragilidade e de ambigüidade, as mulheres, ao se depararem com as dificuldades da busca do trabalho fora do lar, podem ter essas crenças ativadas e estabelecer relações de submissão diante da dominação do “masculino” mercado de trabalho. E esse é um processo único, “solitário”, levando, muitas vezes, à aceitação resignada de que os limites já foram ampliados, e, portanto, já ocorreu o ganho.

⁵ Trecho de entrevista realizada para o estudo **O Madurecer Feminino: Um Processo**, apresentado no Congresso Mulher Ano 2000, na Unisinos, elaborado pela autora deste artigo e pela Psicóloga Elena Tomazel.

⁶ Ibidem nota 5.

No emaranhado do processo de inserção da mulher no mercado de trabalho, é oportuno citar um estudo que examina o envolvimento da mulher em uma multiplicidade de papéis⁷ — casa, filhos, doença, crise no casamento, desemprego do companheiro, trabalho, etc. — e os conseqüentes efeitos para o seu bem-estar psicológico. Os autores concluem que a participação no mercado de trabalho, apesar das barreiras levantadas, é a maior responsável pela saúde feminina, pois a autonomia e a autoridade de decisão predizem medidas de bem-estar psíquico e servem de mediadoras entre papéis e o efeito para a saúde⁸. Referem, ainda, que é o trabalho pago que desenvolve a capacidade de resolução de problemas e que possibilita a utilização de estratégias de enfrentamento⁹ diante dos estressores que ocorrem em todas as esferas da vida. Ademais, o maior nível de escolaridade foi considerado uma variável que influenciou profundamente o bem-estar das entrevistadas (Possatti; Dias, 2002).

É nesse contexto que se torna fundamental a reflexão sobre o conflito psíquico da instituição família e sobre a condição de ser sujeito mulher no mercado de trabalho. A complexidade desse processo de mudanças deve ser vista como um desafio e como uma ampliação de prisma, onde a maior plasticidade poderá possibilitar novas formas de convivência no ambiente de trabalho e na família. São necessários estudos interdisciplinares que aprofundem e integrem o entendimento dessa problemática, inclusive em relação a outros aspectos relativos à discriminação da mulher, como a questão das negras, das com faixa etária acima dos 40, das não escolarizadas, etc.

Caso contrário, haveremos de nos conformar com a máxima que Sullerot escreveu em 1970 de que as mulheres, no Ocidente, não representam uma mão-de-obra propriamente dita, mas significam uma mão-de-obra de recurso, como se constituíssem “válvulas de segurança” do mercado de trabalho. E ainda acrescentou que há incerteza quanto ao destino das mulheres no mercado de trabalho, mesmo que tenham um nível de escolaridade maior do que os homens, uma vez que a relação da mulher com o trabalho sempre se estabelece cercada de mitos e preconceitos.

Referências

CHAVES, André Luiz Leite. Estimativa da discriminação salarial, por gênero, para os trabalhadores assalariados da Região Metropolitana de Porto Alegre. **Mulher e trabalho**, Porto Alegre, v. 2, p. 85-94, mar. 2002.

DESOUZA, Eros; BALDWIN, John R.; ROSA, Francisco Heitor da. A construção social dos papéis sexuais femininos. **Psicologia reflexão e crítica**, Porto Alegre: v.13, n. 3, 2000.

DIEESE. A situação das mulheres em mercados de trabalho metropolitanos. **Boletim DIEESE**, São Paulo, 2002. Edição especial.

ESPOSITO, Kathy; FONSECA, Tania M. Galli. Relações de gênero no setor bancário: outras pulsações? **Mulher e trabalho**, Porto Alegre: FEE, v. 2, 2002. (Publicação especial do convênio da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre).

GALEAZZI, Irene M. S. et al. Mulheres trabalhadoras: 10 anos no mercado de trabalho atenuam desigualdades. **Mulher e trabalho**, Porto Alegre, v. 3, 2003.

⁷ Para a pesquisa, foram utilizados: a Escala Qualidade de Papéis (EQP) (Baruch & Barnett), validada para a população brasileira; o QSG-12 (Goldberg) para detectar itens de saúde; e a Escala Satisfação com o Casamento (derivada da Self-Anchoring Ladder). Através de uma análise fatorial dos eixos principais da EQP, foram encontrados os fatores de recompensa do trabalho profissional.

⁸ É importante ressaltar que não estão em análise as doenças do trabalho e os estresses da vida profissional, que fazem parte tanto da vida do homem como da mulher.

⁹ Que compreendem sentimentos de independência, controle e positiva auto-estima.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Mal-estar no trabalho**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

HOMENS ganham mais até em profissões típicas de mulheres. São Paulo, 2003. Disponível em: www.estadao.com.br/economia/noticias/2003/maio/01/56.htm

INFORME PED: Pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS; SEADE-SP; DIEESE, 2002. Número especial.

INFORME PED: Pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS; SEADE-SP; DIEESE, 2003. Número especial.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; MANCEBO, Deise. **Psicologia Social**: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

MULHER E TRABALHO. Porto Alegre, v. 3, 2003. (Publicação especial do convênio da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre).

NADER, M. B. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. Vitória: EDUFES, 1997.

POSSATTI, Izabel Cristina; DIAS, Mardônio Rique. Multiplicidade de papéis da mulher e seus efeitos para o bem-estar psicológico. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 293-330, 2002.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SULLEROT, Evelyne. **História e sociologia da mulher no trabalho**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1970.

VALCÁRCEL, Amélia. O feminismo é uma teoria política ou uma ética? **CIDADANIA e feminismo**. São Paulo: Melhoramentos, 1999.

